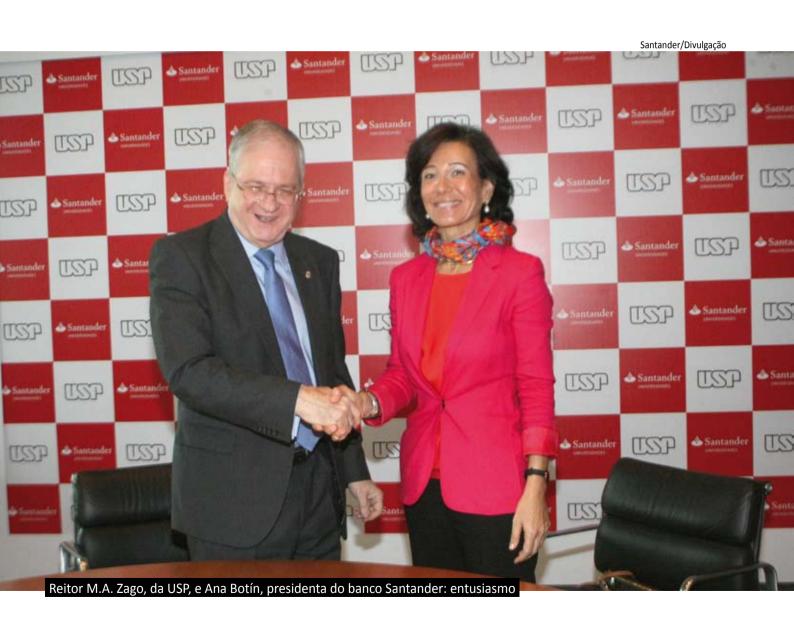
## "MISTURA PERFEITA"

## Rumo à "universidade EMPREENDEDORA"

Pedro Estevam da Rocha Pomar Editor da *Revista Adusp* 



O conflito de interesses permeia a vida dos colegiados e unidades da USP. Cerca de 30% dos membros do Conselho Universitário (Co) são ligados a fundações privadas "de apoio" ou entidades assemelhadas. Por outro lado, prosperam as "parcerias" com empresas. Uma das mais sólidas é aquela que vincula a USP ao banco Santander. O reitor M.A. Zago se tornou presidente da organização RedEmprendia, ligada ao banco espanhol, e esteve em Santiago de Compostela para presidir o evento Spin 2016. Assim, o Santander e as articulações que impulsiona parecem ter fornecido boa parte do vocabulário político-institucional do reitor

a segunda metade do mandato, a partir de 2016, tornou-se mais nítido o alinhamento ideológico e político da gestão M.A. Zago-V. Agopyan ao chamado "mercado". As aventuras do reitor no sedutor mundo empresarial, que tiveram como ápice a contratação indireta e clandestina da McKinsey&Company como conselheira da Reitoria, só foram possíveis porque o conflito de interesses foi naturalizado na USP desde muito antes.

O processo de privatização da USP teve início nas décadas de 1960 e 1970, quando foram criadas as primeiras fundações privadas, ditas "de apoio" à universidade. Recebeu impulso nas décadas de 1980 e 1990, graças à ascensão do neoliberalismo e ao governo FHC, que regulamentou a atuação das fundações privadas "de apoio" nas universidades federais. Essa legislação ofereceu uma cobertura indireta às entidades privadas que proliferavam na USP, Unesp, Unicamp e outras instituições públicas estaduais. As fundações "de apoio" passaram a realizar centenas de contratos milionários com entes federais (administração pública direta e indireta), quase sempre sem licitação.

Outro fator decisivo para a proliferação das fundações "de apoio" em São Paulo foram os governos do PSDB, que estimularam essa ilegalidade ao permitir e estimular que órgãos públicos — secretarias de Estado e empresas estatais — contratassem, sem a devida licitação, os serviços dessas entidades privadas indevidamente abrigadas nas universidades. Tais transações permitem a esses órgãos do Estado (e aos grupos que os controlam) esquivar-se de maior atenção dos órgãos de controle, pois as fundações privadas ditas "de apoio" acabam sendo vistas pelo meio externo como sendo parte da universidade, recebendo

uma indevida aura de credibilidade. Hoje atuam nos *campi* da USP nada menos do que 30 fundações privadas desse tipo, a maioria das quais utiliza prédios, equipamentos, pessoal da universidade (e às vezes até mesmo a logomarca) para alavancar rentáveis negócios privados: cursos pagos, consultorias e outros projetos. A indústria dos cursos pagos tem-se mostrado negócio altamente rentável na USP, como mostram os dados oficiais fornecidos pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU). Em 2013 e 2014, a receita desses cursos alcançou R\$ 89,3 milhões e R\$ 87,7 milhões, respectivamente (vide **Tabelas 1** e 2).

O conflito de interesses permeia a vida dos colegiados e unidades da USP. Cerca de 30% dos membros do Conselho Universitário (Co) são ligados a fundações privadas "de apoio" ou entidades assemelhadas. O próprio reitor preside o Conselho Curador da Fundação USP (FUSP), entidade privada. Em cenário similar ao de outras unidades, o diretor da Escola Politécnica (EP) é membro do Conselho Curador da Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE), entidade privada. Tanto a FUSP como a FDTE intermediam, a cada ano, centenas de projetos remunerados de docentes de diferentes áreas da USP, contratados por empresas como Petrobras, Suzano Papel e Celulose, Brasken e outras para prestar serviços e consultorias.

Importante e documentada denúncia feita pelo jornal O Estado de S. Paulo a respeito de irregularidades e conflito de interesses na FUSP, em agosto de 2015, envolvendo projetos de diversos docentes da EP, teve como única consequência prática o afastamento do diretor da fundação. Apesar de prometer "transparência" na apuração, a Reitoria abafou o caso. Em 9 de outubro, o Informativo Adusp 408 publicou a nota intitulada "Falta transparência à investigação da FUSP", na qual registra que, dois meses após a divulgação, pelo jornal O Estado de S. Paulo, de denúncias sobre conflito de interesses na FUSP "envolvendo a execução de contratos milionários com o poder público em benefício de empresas pertencentes a docentes da USP, a Reitoria não voltou a tocar no assunto desde seu comunicado de 17/8", quando o reitor anunciou a constituição de uma Comissão Sindicante e prometeu manter a comunidade universitária "informada sobre o andamento dos trabalhos da Comissão Sindicante e das medidas tomadas pela fundação".

Na verdade, dizia a nota, sequer os nomes dos membros da Comissão Sindicante foram divulgados. "O *Estadão* revelou que familiares do professor José Roberto Cardoso



[diretor da fundação privada à época da denúncia, afastado pelo reitor] são os proprietários nominais de uma empresa subcontratada pela FUSP por R\$ 546 mil. E identificou 44 contratos firmados pela fundação com 12 empresas de docentes, num valor total de R\$ 2,3 milhões".

O projeto de um docente da Escola Politécnica com a FDTE foi autorizado pessoalmente pelo diretor da EP, que é membro do Conselho Curador daquela fundação. O docente em questão, professor titular em RDIDP, coordena ou coordenou, desde 2009, 32 projetos remunerados via FDTE e 41 pela FUSP

Em 2016, o Informativo Adusp publicou reportagem a propósito da denúncia de uma empresa privada de engenharia naval contra a FDTE, representada por um docente da EP numa licitação realizada pelo Porto de Suape (PE). A proposta do docente, que foi vitoriosa, falava em "equipe USP" e prometia empregar no serviço licitado o Tanque de Provas Numérico (TPN), sofisticado laboratório da EP. Isso levou a empresa concorrente a procurar a direção da unidade, a Procuradoria Geral da USP e a própria Reitoria para protestar contra o que considerou favorecimento da FDTE pela universidade e concorrência desleal. A empresa foi hostilizada pelo diretor da EP e ignorada pela Reitoria.

O Informativo Adusp mostrou que o projeto do docente com a FDTE foi autorizado pessoalmente pelo diretor da EP, que como mencionado é membro do Conselho Curador daquela fundação e portanto incidiu em conflito de interesses. Revelou ainda que o docente em questão, professor titular em dedicação exclusiva (RDIDP), é sócio de uma empresa, ex-sócio de outra e coordena ou coordenou, desde 2009, a espantosa quantidade de 32 projetos remunerados intermediados pela FDTE e outros 41 intermediados pela FUSP.

Tratava-se apenas da ponta de um iceberg, a sugerir ampla investigação e medidas saneadoras. Mas, apesar da farta documentação, nada aconteceu. A Reitoria não se manifestou sobre o caso. O reitor evita chocar-se com uma "bancada" que constitui quase uma terça parte do Co. Além disso, ele nada tem contra as fundações privadas "de apoio", pelo contrário. Foi diretor clínico do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (HCFMRP), equipamento público que é inteiramente controlado por uma dessas fundações, a Faepa.

A gestão M.A. Zago-V. Agopyan, que vive a perseguir modestos centros acadêmicos por suposta apropriação indevida de espaços da universidade, e não descansou enquanto não expulsou o Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp) da sede em que esteve, regularmente, por décadas, jamais se preocupou em recuperar os próprios ocupados até hoje por fundações "de apoio" como a Vanzolini na EP, ou a Fundecto na Faculdade de Odontologia, para ficar em dois exemplos apenas. Na cidade de origem do reitor e até em rodovias da região, a Fundace, entidade privada "de apoio" constituída por docentes da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP), continua a estampar a marca USP nos outdoors em que anuncia seus cursos pagos.



Para presidir a COP, a mais estratégica comissão do Co porque fornece ou reforça o discurso de gestão empresarial das finanças da universidade, o reitor foi buscar o professor Adalberto Fischmann, diretor da FEA e um dos responsáveis pela criação da Faculdade FIA. Essa "instituição de ensino", que oferece um curso de graduação em economia concorrente com o da FEA, foi criada por docentes dessa unidade em 2011, com o beneplácito do então reitor J.G. Rodas. A FIA, Fundação Instituto de Administração, cresceu apoiando-se na USP, de quem dizia ser fundação "de apoio". Posteriormente o "apoio" desapareceu de seu estatuto, logo em seguida surgindo a Faculdade FIA. Com tais credenciais, Fischmann tornou-se presidente da poderosa COP, que decide, a cada ano, quanto receberá cada uma das unidades de ensino da USP.

O "mercado" tem nas fundações "de apoio", assim, sua face mais ostensiva ou mais institucionalizada na USP. Há outras, como as notórias "parcerias", que abrangem um vasto leque de modalidades, setores da economia e setores acadêmicos. Exemplos: a inquietante oferta de disciplinas do curso de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes (ECA) por grandes grupos privados de mídia, como a Folha de S. Paulo e o Grupo Bandeirantes; a cessão da Raia Olímpica a quatro agremiações esportivas: Corinthians, Esporte Clube Pinheiros, Clube Bandeirante e Clube Athlético Paulistano (a Reitoria jamais enviou à Adusp os respectivos contratos, solicitados em abril de 2014); o recente acordo firmado pelo atual reitor com o Google, que passará a gerir os bancos de dados da universidade.

Uma das mais antigas e sólidas parcerias, iniciada em 2001, é aquela que vincula a USP ao banco Santander, envolvendo a concessão de diversos tipos de bolsas de estudos, o patrocínio de programas e eventos da universidade, a oferta de cursos de espanhol. Na gestão Suely Vilela (2005-2009), a reitora chegou a tornar-se garota-propaganda do banco em comercial de TV, logo retirado do ar (Revista Adusp 45, 2009, p. 12). Na gestão J.G. Rodas, a iniciativa da Reitoria de promover o curso à distância "Vale - Espanhol para professores", organizado pelo Santander, portal Universia e Instituto Cervantes foi fortemente criticada por um grupo de professores de língua e literatura espanholas e literatura hispano-americana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), que apontaram inconsistências no projeto.

"Nossa universidade está voltada para algumas palavras-chave como inovação, empreendedorismo, globalização", disse o reitor ao renovar convênio com o Santander em 2014. "Somos parceiros". O banco permite à universidade "aproximação com o mercado", elogiou

Tabela 1- Fundações privadas ditas "de apoio" e convênios vigentes com a USP (2014)

Fundação Bauruense de Estudos Odontológicos (Funbeo)	4	
Fundação Vanzolini	9	
Fundação de Apoio à Física e à Química (FAFQ)		
Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP)	26	
Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (Fealq)		
Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas		
Fundação Faculdade de Medicina (FFM)		
Fundação Instituto de Administração (FIA)		
Fundação Instituto de Enfermagem de Ribeirão Preto (Fierp)		
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE)		
Fundação Medicina Veterinária (Fumvet)		
Fundação Odontológica de Ribeirão Preto		
Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Odontologia (Fundecto)		
Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE)		
Fundação para o Incremento da Pesquisa e do Aperfeiçoamento Industrial (Fipai)		
Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (Fundace)		
TOTAL	197	

Fonte: PRCEU

Tudo indica que o reitor M.A. Zago resolveu apostar nessa antiga relação com o influente banco privado. O primeiro passo foi dar continuidade à parceria, em novembro de 2014. "Aconteceu na Torre Santander a renovação do convênio de colaboração acadêmica entre a Universidade de São Paulo (USP) e o Banco Santander. O evento contou com a presença do reitor da instituição, Marco Antonio Zago e da presidenta do Banco Santander, Ana Botín em sua primeira viagem oficial ao Brasil após assumir o cargo", descreveu a página oficial do Santander (http://bit.ly/2ujjqY9). "Por meio da Divisão Global Santander Universidades já foram investidos R\$ 2,8 bilhões em iniciativas educacionais no mundo, totalizando 1.100 parcerias com universidades. Desse total, 450 são brasileiras". A página oficial da Reitoria informou que o investimento previsto na USP seria de R\$ 30 milhões, até 2018. O reitor declarou que entre 2001 e 2014 o convênio distribuju 17 mil bolsas.

As instituições "têm que derrubar suas próprias muralhas", teria comentado M.A. Zago na abertura da solenidade, segundo o portal do Santander. "É preciso abrir-se para os movimentos sociais, a sociedade, as empresas, a imprensa. Os programas [previstos no convênio] trazem o benefício dessa convivência". Que fique claro: a alusão aos "movimentos sociais" é puro exercício de retórica, como o próprio reitor deixaria claro imediatamente:

Tabela 2- Fundo de Recolhimento de Taxas de Convênios (em R\$)\*

Ano	Valor recolhido	Receita dos cursos
2010	2.478.993	49.579.880
2011	3.252.884	65.057.680
2012	4.045.279	80.905.600
2013	4.466.116	89.322.340
2014	4.389.448	87.788.980
Totais	18.632.723	372.654.480

\*Elaborada pelo Informativo Adusp com base em dados fornecidos pela PRCEU (2014) e pela Reitoria (2015), que atualizou os valores referentes a 2014

"Nossa universidade está voltada para algumas palavraschave como inovação, empreendedorismo, globalização, fortalecimento íbero-americano e nisso tenho certeza que nós e o Santander somos parceiros".

Em julho de 2015, durante encontro de reitores patrocinado pela Universia, entidade montada pelo Santander para atuar na área universitária, M.A. Zago voltou a derramar-se em elogios ao banco: "Há uma clara aliança que ocorre entre o mundo acadêmico, institucional e empresarial promovida pelo Santander. Isso foi muito significativo. A educação é uma responsabilidade de toda a sociedade. Esse apoio do Santander e Universia faz toda a diferença". Novas frases-feitas e metáforas levaram a um final conhecido: "Uma atividade de destaque é a aproximação com o mundo empresarial. Nessa área, o Santander joga um jogo

muito importante. É um jogo que ajuda a mudar o futuro da universidade. Permite a aproximação da universidade com o mercado" (o grifo é nosso; vide http://goo.gl/Dv2MwW).

Em junho de 2016, ele se tornou presidente da organização RedEmprendia, outro factótum do Santander, dedicado a "criar uma forte cultura de inovação e empreendedorismo nas comunidades universitárias". Em setembro do mesmo ano, esteve em Santiago de Compostela, na Espanha, para presidir o evento internacional Spin 2016, organizado pela RedEmprendia e que reuniu mais de 3 mil pessoas. "Elite do empreendedorismo universitário reúne-se em Santiago com políticos, empresários e investidores", noticiou a página oficial da RedEmprendia. O reitor da USP destacou na ocasião que o Spin2016 reúne "a mistura perfeita entre a universidade e a sociedade, do ensino acadêmico com o empreendedorismo" (http://bit.ly/2vdkitY).

Desse modo, o Santander e as articulações que impulsiona parecem ter fornecido boa parte do vocabulário político-institucional de M.A. Zago. Segundo relato do próprio reitor ao Co, em 4 de outubro, quando tentava justificar os acordos com McKinsey&Company e Comunitas, a reunião de Santiago tinha como objetivo "a promoção do conceito de universidade empreendedora" e a ela compareceram "empreendedores, estudantes, investidores, reitores, artistas, esportistas, ministros de Estado e governantes".

Nessa mesma reunião do Co, o reitor referiu-se aos financiadores do projeto "USP do Futuro", exaltando-os com base no senso comum mais rudimentar: "São pessoas formadas pela nossa universidade e que alcançaram sucesso na sociedade, por meio de atividades altamente construtivas. São construtores da sociedade. São exemplos que queremos ver repetidos entre nossos alunos graduados. Garantem a criação e manutenção de milhares de empregos".

É digna de nota, ainda, a desenvoltura e ampliação de atribuições concedidas nesta gestão reitoral à Agência USP de Inovação (Auspin), com apoio do Instituto de Relações Internacionais (IRI). Em setembro de 2016, a Auspin enviou a seguinte chamada aos "prezados pesquisadores", ou seja, ao corpo docente da universidade: "A Agência USP de Inovação, dentro do Projeto ELAN - European and Latin America Technology based Business Network (http://bit.ly/2vdomdN), está organizando no mês de novembro um Matchmaking com

empresas e centros de pesquisa da Europa e América Latina com o objetivo de fomentar a transferência de tecnologia nas áreas da saúde, tecnologia da informação e energias renováveis. Os pesquisadores com resultado de pesquisa para transferência de tecnologia nas áreas de saúde, tecnologia da informação e energias renováveis devem fazer seu agendamento."

Em fevereiro de 2017, a Auspin abriu inscrições para o curso semipresencial "Inovação e Empreendedorismo", que tem como objetivo declarado "incentivar a capacidade empreendedora dos alunos da USP, tendo em vista a criação de novas startups de sucesso". A universidade literalmente desaparece, para dar lugar ao mercado: "Ao longo do semestre os alunos realizarão projetos que compreendem o ciclo completo de desenvolvimento de novos negócios, incluindo técnicas e ferramentas como design thinking e lean startup" (http://bit.ly/2uf8Dxt). O curso tem o status de uma disciplina regular, tanto que a inscrição de interessados se deu por meio de requerimento via Sistema Júpiter Web. Em março foi inaugurada, na Praça dos Bancos da Cidade Universitária, próximo à Reitoria, a "Arena Santander", que é um "espaço voltado para empreendedorismo e inovação, que tem como objetivo enaltecer a importância dos temas para a comunidade acadêmica, pequenos e médios empreendedores e todas as pessoas interessadas". Supõe-se que o auditório tenha sido financiado pelo banco, mas nem Santander nem Reitoria se pronunciaram sobre o financiamento da obra. M.A. Zago, claro, participou do descerramento da placa de inauguração, na qual se lia: "Nosso propósito é contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem". De qualquer modo, com a "Arena Santander" a Auspin encontrou um novo canal para suas atividades. A programação de agosto previa um certo Startusp Pitch Day, de cuja abertura fez parte o tópico "Abertura Empreenda Santander".

O reitor atribui tal relevância ao trabalho da Auspin e de sua congênere Agência USP de Cooperação Nacional e Internacional (Aucani) que ambas foram incluídas na proposta original da nova Comissão Permanente de Avaliação, ou "Nova CPA", de que falaremos mais adiante. Representantes dessas agências teriam assento na supercentralizada, plenipotenciária comissão incumbida de conduzir tanto a avaliação das unidades como a avaliação de todo o corpo docente da universidade. As contundentes críticas dirigidas pela Adusp a esse aberrante "contrabando" institucional levaram a Reitoria a recuar da proposta, mas sem



abandonar a perspectiva: reza a resolução que institui a "Nova CPA" que o processo de avaliação deve encorajar "a produção e difusão do conhecimento e a inovação".

Eventualmente, os reflexos suscitados pelo fervor empreendedorista podem beirar o patético. No dia 7 de junho de 2017, a diretora da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB), professora Maria Aparecida Moreira Machado, proferiu palestra sobre o tema "Empreendedorismo e Inovação em Saúde - O que é?". A palestra da diretora da FOB, que por nomeação da Reitoria acumula o cargo de superintendente do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC), abriu as aulas deste ano de uma disciplina da faculdade intitulada "Empreendedorismo e Inovação". Não é necessário grande esforço cognitivo para compreender os significados e implicações do empreendedorismo numa área tão sensível como a saúde.

A gestão empresarial e meritocrática da USP, que desde o reitorado de José Goldemberg conquistou firme adesão da oligarquia que domina a universidade, encontrou no reitor M.A. Zago um continuador à altura

As manifestações concretas de interesse econômico-financeiro direto ou indireto, com protagonistas bem definidos, não esgotam a presença do mercado na USP. Resta ainda a difusa, onipresente, poderosa visão mercantil da atividade acadêmica e científica, de matriz positivista, a impregnar os critérios e métodos de avaliação do trabalho docente, a dividir os professores em "produtivos" e "improdutivos" e, consequentemente, a ditar benesses ou punições, privilégios ou ostracismos. A gestão empresarial e meritocrática da universidade, que desde o reitorado de José Goldemberg vem conquistando crescente adesão da oligarquia que domina a USP, encontrou no reitor M.A. Zago um continuador à altura.

Tendo presidido a Comissão Especial de Regimes de Trabalho da USP (CERT), o reitor tem familiaridade com a metodologia de "enquadramento" de docentes que apresentem desempenho "insatisfatório". Essa comissão, cuja atribuição é fiscalizar o cumprimento do regime de trabalho, foi totalmente desvirtuada ao longo dos anos 1990. Passou a avaliar o desempenho acadêmico do corpo docente. Tornou-se um instrumento de perseguição institucional e política a docentes que não se enquadrem nos padrões produtivistas vigentes. Ao mesmo tempo, a comissão historicamente costuma



fazer vistas grossas à liberalidade com que grupos de docentes engajados em "projetos" das fundações privadas "de apoio", na sua maioria professores titulares, cumprem o RDIDP (o caso da EP aqui relatado é um exemplo clássico).

Sob a gestão M.A. Zago-V. Agopyan, a CERT, tendo como presidente o professor Luiz Nunes de Oliveira, recrudesceu sua atuação policialesca e punitivista, voltando a fazer recomendações de mudança compulsória de regime de trabalho implicando rebaixamento salarial. Nunes deu início a uma peregrinação pelas unidades, alegando – sem convencer ninguém – que a avaliação é ruim porque os relatórios dos docentes são "mal feitos". Mas esse esforço não bastou. O reitor queria mais. Necessitava quebrar a espinha dorsal do pensamento crítico, eliminar as veleidades de independência intelectual do corpo docente, domesticar a rebeldia a pretexto de combater a "acomodação", de modo a abrir caminho para seu "empreendedorismo universitário".

Coincidência ou não, a proposta de uma "Nova CPA", dotada de poderes previstos em norma para executar, sem sobressaltos, tudo aquilo que a CERT vinha executando ilegalmente, surge no mesmo período em que se aproximam da Reitoria, em sigilo, a McKinsey&Company e a Comunitas, esta com seu elenco de mecenas bilionários "bem sucedidos" sempre prontos a ensinar à administração pública como proceder com mais "eficiência": Roberto Setúbal, Rubens Ometto e mais alguns.

O novo "Estatuto do Docente", conjugado à proposta de "Nova CPA", impõe "termos de compromisso" para os relatórios julgados insuficientes, criando mecanismos de metas a serem cumpridas compulsoriamente pelos docentes, sob a ameaça, caso não o façam, de terem seus salários reduzidos mediante mudança de regime de trabalho, por exemplo de RDIDP para Regime de Turno Completo (RTC). Tais instrumentos normativos propiciam que o corpo docente torne-se presa fácil, "mãode-obra" altamente qualificada a ser arregimentada em benefício de interesses econômicos privados, para consecução de projetos contratados por intermédio das já citadas parcerias.

A "Nova CPA" promete cumprir todos os sonhos do reitor, "tocar o terror", pavimentando o caminho para que o corpo docente da USP possa enfim tornar-se força produtiva a inteiro serviço do capital, sem mais delongas. Em algum momento, o vice-reitor V. Agopyan declarou que USP se encontra pacificada. Decerto, se os planos da Reitoria não forem barrados, teremos, em sentido figurado, a Pax Romana: a paz dos cemitérios.

